

O homem que já foi o dono de Brasília

Marlene Ana Galeazzi

“Se eu soubesse que mais tarde isto aqui seria a capital, não queria nem de presente a fazenda que comprei no início dos anos 50”. O desabafo, cheio de mágoa, é do goiano Jorge Pelles, último proprietário das terras onde hoje está plantado o Plano Piloto, antes delas se tornarem propriedade da Novacap.

Uma área de 3.300 alqueires que foram desapropriados e pelos quais ele recebeu 800 cruzeiros por cada um, pagos parceladamente e com cheques pré-datados que “um amigo, gerente de um banco mineiro, descontou antes do tempo”. Isto tudo sem contar, diz Pelles — um homem que hoje não possui um lote sequer no DF — “com 500 alqueires que doe e que ninguém sabe exatamente onde estão localizados e pelos quais nunca ninguém recebeu um tostão”.

Quem comprou, fez um excelente negócio, quem vendeu, por imposição da desapropriação que não permitia maiores negociações, terminou levando prejuízo ou trocando apenas dinheiro por dinheiro. A terra, como todo mundo sabe, é aquele tipo de mercadoria que adquire maior valor com o tempo e com o próprio uso. Esta é a opinião de Jorge Pelles, nascido em Goiás Velho e o primeiro brasileiro a ter as suas terras desapropriadas para que fosse possível a construção de Brasília.

Ao contrário do que muita gente pensa ou afirma, as desapropriações não foram pagas diretamente aos antigos donos por qualquer tipo de “Comissão Federal”, mas sim por uma Comissão criada pelo governador goiano, José Ludovico de Almeida, e presidida por um médico daquele Estado, Altamiro.

Os documentos que Pelles tem, não apenas provam isto, mas também são testemunhos que ainda há muita coisa a ser contada na história que envolve a desapropriação das terras onde hoje está a capital brasileira. Terras que um dos membros da Comissão, naquele tempo, segundo ele, “disse que valiam pouco, pois serviam apenas para fazer tijolos — e que hoje custam verdadeiras fortunas”.

Emprego não interessa

Jânio Quadros tenta ajudar, mas cai. A solução fica com Jango. Com o passar do tempo, Pelles sentiu que o prejuízo que tivera com a venda das terras, por baixa importância, era grande. Depois de Brasília inaugurada, ele começou a ver que tinha gente ganhando muito dinheiro e ele “só assistindo sem nada poder fazer”. Tinha que dar um jeito, ressarcir o prejuízo.

— Quem era presidente àquela altura, era Jânio Quadros. Na época eu morava em Luziânia e pedi a interfeência de um parente de minha mulher, que na época exercia alto posto em Brasília, para que me arranjassem um emprego no Palácio da Alvorada. Eu não queria saber que tipo de emprego e nem me interessava o salário. O que eu queria mesmo era me aproximar de dona Eloá para, com o tempo, contar minha história.

— Coincidiu que eles estavam precisando de alguém que entendesse de irrigação para trabalhar no Palácio Presidencial, uma especialidade que eu dominava. Consegui, logo depois, o meu intento. Fiz amizade com dona Eloá, com quem já andava lá pelo pomar, fazendo ciúmes a um engenheiro-chefe que comandava o setor. Quando senti o momento propício, falei com ela sobre a venda — a preço irrisório — de minhas terras. Terras que hoje já estavam fazendo fortuna de várias pessoas. Ela, sensibilizada, disse: não é possível. Fizem isto com o senhor? Eu confirmei e ela, então, se prontificou a me ajudar. Pedi que eu arrumasse todos os documentos, lhe entregasse, que ela encaminharia ao presidente. Me dispensou do serviço para que eu fosse à Goiânia tratar do assunto. Lá, levantei toda a documentação, tudo o que era necessário. Mais uma vez, a falta de sorte foi ao meu encontro. Quando voltei a Brasília, Jânio renunciou”.

Jango interfere

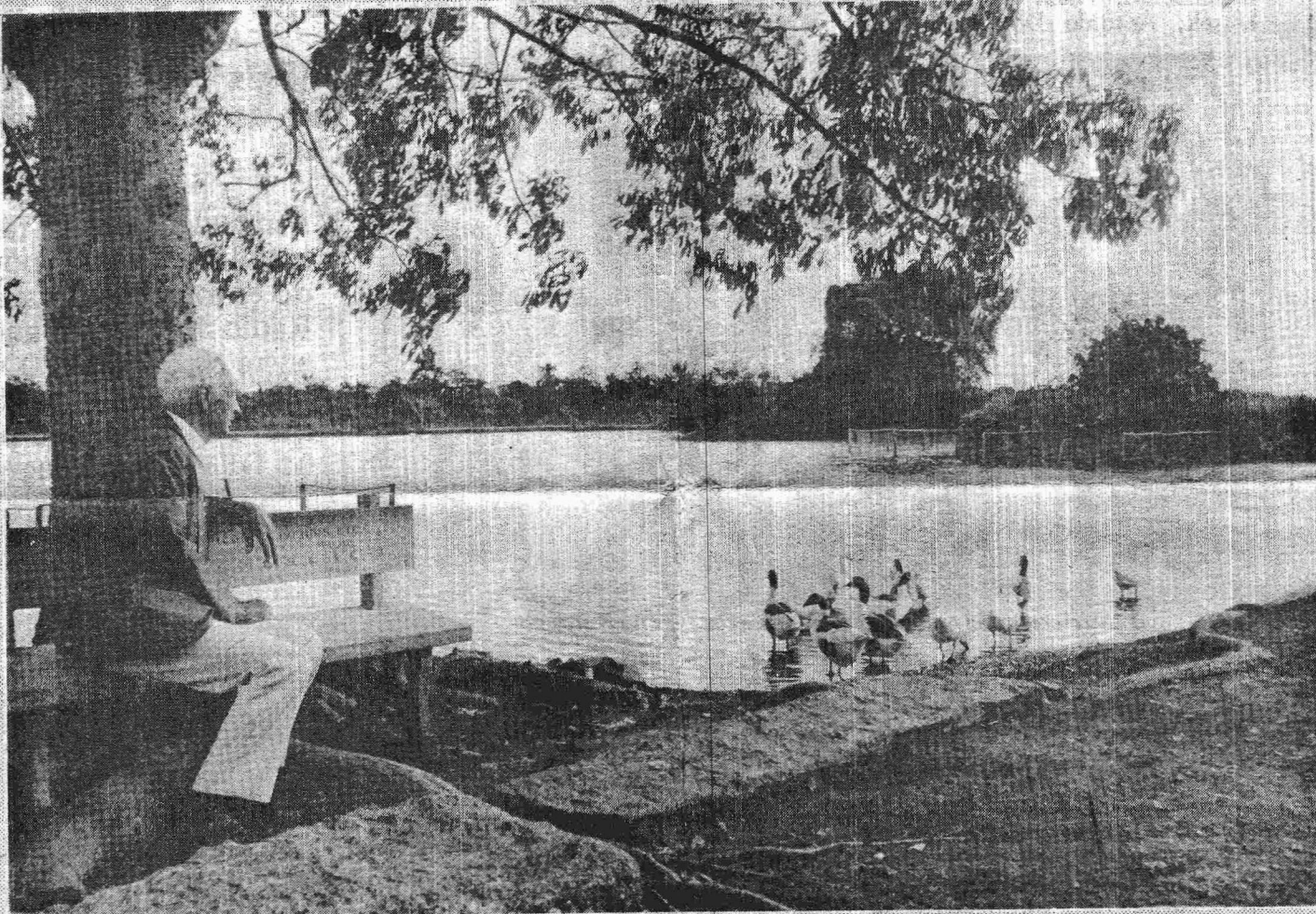
Com a saída de Jânio e a chegada de Jango, o fazendeiro prometeu a sua família que continuaria a luta para conseguir uma indenização ou qualquer coisa que compensasse o prejuízo que tivera. Ele não ficara com nenhum lote em Brasília, ou mesmo um pequeno apartamento. “Fiz amizade com um deputado gaúcho que era muito amigo de Jango. Conteí toda a minha história para ele, aquilo que eu considerava um verdadeiro drama. A reação dele foi de surpresa e também de desconformismo. Prometeu que iria falar com o Jango sobre o assunto e assim fez.

Foi então que o presidente João Goulart autorizou Pelles a ocupar um apartamento, que é seu até hoje, mas, por pouco, não perdeu. “Um belo dia aconteceu a Revolução e vários militares ocuparam postos. Um deles, numa ocasião, chegou para mim, bastante arrogante, dizendo que eu estava ocupando um apartamento sem nunca ter pago nada. Eu não quis entrar em detalhes porque, antes de mim, uma senhora fora maltratadíssima, justamente por causa de problema com



Fotos Elson Soares

Jorge Pelles lembra que onde é agora o Memorial JK, só havia gado e terras. Ele comprou a fazenda no início dos anos 50 e, hoje, é um homem arrependido



No zoológico, enquanto aprecia as aves, Jorge Pelles lembra que sua fazenda tinha 3.300 alqueires, desapropriados por Cr\$ 800 cruzeiros cada um



Saudosista, lembra os velhos tempos, quando os rios e córregos de água límpida tornavam o vale, onde se construiu Brasília, extremamente fértil e produtivo

apartamento; era funcionária que tinha vindo do Rio de Janeiro. Eu só respondi isto para o coronel: sempre tive para dar. Não quero nada de ninguém. Não paguei porque não ia sair pela rua perguntando a quem pagar. Ninguém me cobrou, ninguém me procurou. Agora é que estou sendo procurado”.

— Apesar do homem ter saído daí corrido, tenho autorização dele para ocupar o apartamento. Quero continuar nele. Isto tudo sem contar a minha história, sem dizer que estas terras foram minhas e compradas a preço de banana. Ele concordou e fizemos um acerto. Pagava, ao mesmo tempo, um mês vencido e um mês a

vencer. Mais tarde, eles autorizaram a venda e eu, como ocupador tive o direito. Hoje gosto muito de citar um antigo provérbio: mais tem Deus para dar do que o diabo para tirar.

— Se eu tive prejuízo naquela época, na história da desapropriação das terras onde foi feita Brasília, me sinto ressarcido em parte. O apartamento que comprei está valendo em torno de 25 milhões. Lá mora minha neta e eu moro na W/3, na casa dela. Minha mulher prefere morar em casa. Sou um homem feliz. Adoro minha família, meus filhos, netos e bisnetos. Eles também gostam muito de mim e me respeitam. Acho que isto na vida vale mais que a alta importância que

poderia ter conseguido pelas terras. Agora, de qualquer maneira, a gente não pode esconder que alguém andou levando mais que devia. Quem é, não sei. Eu é que não fui.

Plano mudou

Jorge Pelles, funcionário aposentado, lembra com saudade de sua fazenda onde hoje está o Plano Piloto, da paisagem da região, da compra e da venda das terras. Uma história que começou no início dos anos 50, quando ele era fazendeiro e tinha residência em Goiânia.

Eu tinha um concunhado que era Juiz de Direito, em Luziânia, e nós éramos muito amigos. Naquele tempo, em 1953, eu acabara de vender uma

fazenda próxima à Goiânia, da qual meu irmão era sócio. Foi então que o Juiz perguntou se eu estava interessado em comprar umas terras por aqui — exatamente onde hoje está o Plano Piloto. Como eu tinha intenção de criar gado, ele me afirmou que o local era ótimo para isto.

A terra era riquíssima em água, já que era banhada pelos córregos Bananal, Riacho Fundo, Vicente Pires e outras nascentes. Além do mais, por aqui, se queimava por etapas nas margens dos córregos, facilitando, com isto, a criação do gado. A terra era cortada por uma estrada que ligava Luziânia a Formosa e a fazenda fazia justamente divisa com estes dois municípios.

Esta parte da W/3, onde moro hoje, pertencia a Planaltina, onde está o Núcleo, junto aquele riacho, era município de Luziânia. Ao chegarmos já fiquei encantado com o que via. A região era belíssima, inclusive a parte onde hoje está o lago. O gado, então, nem se fala. Era muito bem tratado”.

Chamei um grande amigo, Jerônimo José da Silva, continua, fazendeiro entendido em gado, para fazer sociedade comigo. Quando ele chegou, virou para mim e disse (ainda lembro como se fosse hoje): “Jorge, estou acreditando porque estou vendo. Sabe de uma coisa! Isto aqui vai ser um grande negócio. Se o gado está assim, em pleno mês de setembro, no rigor da seca, é porque o lugar é muito bom”. A terra, na época, estava alugada para criação de gado para um paulista, um tal de Climério. O proprietário da terra disse que só vendia se nós respeitássemos o acordo com o paulista. Nós concordamos.

Era muita terra, 4.800 alqueires goianos e o gado de Climério se reduzia em apenas 500 reses. Dava ainda para botar muitas cabeças. “Não ia fazer diferença. Fechamos o negócio na palavra, como se faz no costume goiano, que é sagrado. Depois, apanhamos o documento. A Fazenda não tinha sede. Só tinha uma pequena serraria perto do córrego Guará, hoje perto do Núcleo Bandeirante, e uma casa de palha, onde ficava o encarregado de olhar o gado para o paulista Climério, que era comerciante. Agora, tinha um “senão” nesta história toda, 500 alqueires que ninguém sabia exatamente onde estava — e que até hoje, Brasília construída, ninguém sabe explicar”.

Terras sem endereço

A história dos 500 alqueires, sem endereço e pelos quais ninguém pagou nada a ninguém — pelo menos antes da construção — é contada por seu Pelles: “Quem nos vendeu disse que havia um loteamento lá dentro feito por um agrônomo, um homem que ficou rico duas vezes e terminou morrendo sem nada. Já se comentava há muito tempo que a futura capital deveria sair por esta região do Brasil Central. Era um quadrilátero que inclusive, incluía até Anápolis.

Ninguém ainda tinha decidido nada em relação, exata ao local. Esse agrônomo, ao fazer o loteamento — sem endereço certo — vendia como próximo à futura capital. Para resolver o assunto, a terra vendida foi sem os tais de 500 alqueires. Eles seriam respeitados. Não entraram no negócio. Estes mesmos alqueires, os 500 sem endereço certo, quando vendi as terras à Comissão, depois de desapropriadas, também não foram cobrados. Agora pergunto, onde eles estão? Se foram vendidos, quem ficou com o dinheiro? Dizem que é a parte que está no Lago. Alguém prova?”

Voltando ao assunto, passado algum tempo, mais de um ano, antes de iniciarmos a criação de gado, fomos procurados por dois gaúchos que queriam comprar um pedaço das terras. Iriam pagar bem. Eles alegavam que isto aqui parecia muito com o Rio Grande, com as coxilhas, que era uma beleza de local. Aquela conversa toda de gaúcho para comprar terras. A área que eles queriam era pequena, para nós. Apenas 800 alqueires.

Documentos

Concordamos e partimos para Planaltina para ver os documentos. Quando chegamos perto do córrego do Acampamento — local assim denominado porque lá já estivera, em outras décadas a Comissão Cruz, encontro quantidade de gente. Entre eles, só um conhecido, o então Major Mauro Borges, filho do ex-governador Pedro Ludovico. Ele perguntou o que eu estava fazendo ali? Respondi com a mesma pergunta, surpreso, porque estavam nas minhas terras? Foi então, por intermédio dele, que descobri que este era o local que fora escolhido para ser a capital. Mais tarde, no governo de José Ludovico de Almeida, fui chamado a Goiânia, no Palácio das Esmeraldas. Não vendemos a terra para os gaúchos, pois já havíamos entendido que ela seria desapropriada.

No Palácio tomamos conhecimento da formação de uma Comissão de Goiás que pagaria as terras desapropriadas. Eles nos pagaram — antes eu, depois o sócio, com cheques pré-datados, e a um preço irrisório. A gente nada pode fazer. Dr. Altamiro, inclusive, alegou que elas só davam para fazer tijolos. Esta é a história que até hoje não foi escrita. Como estas, outras devem ter que envolvem o início da nova capital.